

ENTREVISTA DA SEMANA

CHRISTIANY FONSECA- CIENTISTA POLÍTICA |

“CAMPANHA SERÁ DE ATAQUES”, AVALIA CIENTISTA POLÍTICA SOBRE DISPUTA PELO GOVERNO DE MATO GROSSO

VICTOR OSTETTI



PÁGINA 03

ARTIGO

Diversificar o funding deixou de ser estratégia e virou necessidade

MAIS NA PÁGINA 2



ELEIÇÃO |

Investigação e processos podem implodir candidatura de Wellington Fagundes ao Governo de MT

Pré-candidato do PL aparece forte nas pesquisas, mas histórico de processos e investigações volta ao centro do debate eleitoral

A candidatura do senador Wellington Fagundes (PL) ao Governo de Mato Grosso chega à campanha de 2026 cercada por dois movimentos distintos: de um lado, o parlamentar conseguiu consolidar seu nome eleitoralmente e aparece em levantamentos recentes entre os favoritos; de outro, seu histórico jurídico volta a ser explorado por adversários e pode se transformar em um dos principais pontos de desgaste durante a disputa pelo Palácio Paiaçu. O PL oficializou Wellington Fagundes como candidato ao Governo de Mato Grosso em julho de 2026. O problema político não está apenas nos números das pesquisas, mas na possibilidade de que processos, acusações antigas e eventuais novos desdobramentos judiciais sejam utilizados como munição durante a campanha. PÁG. 7



PÁGINA 06

PROLONGAR ATÉ 2027 |

Mato Grosso entra em alerta para seca severa e risco maior de incêndios nos próximos meses

Previsão de chuvas abaixo da média até o início de 2027 preocupa Defesa Civil e municípios, que discutem medidas para reduzir impactos sobre incêndios, abastecimento e produção rural.

REFORMA URBANA |

“Não vou dormir direito com gente morando mal”, afirma Pivetta ao defender reforma urbana em municípios de MT



Em discurso, nesta quinta-feira (20.08), em Várzea Grande, o governador Otaviano Pivetta defendeu uma reforma urbana para transformar as cidades de Mato Grosso e melhorar a qualidade de vida da população. Pivetta citou como referência a experiência construída em Lucas do Rio Verde, onde iniciou sua trajetória política. PÁG. 8

PÁGINA 07

PEGANDO DINHEIRO EM ESPÉCIE |

Júlio Campos considera “estranha” imagem de Rogerinho com dinheiro e apoia saída do DAE



A saída de Rogerinho da Dakar da presidência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE-VG) ganhou um novo capítulo após o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmar que as imagens do vereador licenciado manuseando uma grande quantidade de dinheiro em espécie foram suficientes para justificar. PÁG. 4

PÁGINA 07

ARTIGO

Diversificar o funding deixou de ser estratégia e virou necessidade

A leitura atenta dos sinais da política monetária, da gestão fiscal e das expectativas econômicas tornou-se uma espécie de bússola para empresas que precisam tomar decisões de investimento e estruturar operações de crédito no Brasil. As discussões acompanhadas durante a Expert XP 2026, especialmente nos painéis que reuniram autoridades como o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, reforçaram uma mensagem importante para o ambiente corporativo: em um cenário de juros ainda restritivos e incertezas que exigem cautela, previsibilidade e planejamento financeiro passam a ser ativos estratégicos.

Essa realidade traz uma consequência direta para empresários e gestores financeiros: depender exclusivamente das linhas bancárias tradicionais já não representa, necessariamente, a melhor estratégia para financiar crescimento, expansão ou reorganização de passivos.

A própria dimensão da

Expert XP ajuda a ilustrar essa transformação do mercado. Em sua edição de 2026, o evento reuniu diferentes setores do ecossistema financeiro e colocou no centro das discussões temas como juros, inflação, investimentos, inovação, produtividade e perspectivas para a economia brasileira. A programação reforçou o papel cada vez mais relevante da inteligência financeira e da diversificação na tomada de decisões empresariais.

Para o mercado corporativo, essa mudança é especialmente relevante. Segmentos que movimentam grandes volumes de capital, como agronegócio, infraestrutura, energia, transição energética e middle market, precisam de estruturas financeiras que respeitem as particularidades de cada operação. Não há mais espaço para soluções padronizadas quando o objetivo é conciliar fluxo de caixa, prazo, custo de capital e capacidade de crescimento.

É nesse contexto que o mercado de capitais ganha protagonismo.

O amadurecimento das alternativas de funding, aliado à evolução das ferramentas de análise de



risco, ampliou o acesso das empresas a recursos e permitiu a construção de operações mais aderentes às necessidades de cada negócio. Instrumentos como emissão de dívida privada, antecipação de recebíveis, estruturas de crédito e operações de reestruturação de passivos podem compor estratégias financeiras mais eficientes e diversificadas.

Na prática, isso significa que uma empresa não precisa mais concentrar sua relação de crédito em poucos agentes financeiros. É possível construir uma arquitetura de capital que combine diferentes fontes de recursos,

reduza a dependência de uma única instituição e ofereça maior flexibilidade para enfrentar os ciclos de mercado.

Essa transformação é particularmente importante para empresas de médio porte e para negócios inseridos em setores com forte sazonalidade.

No setor imobiliário, essa lógica tornou-se ainda mais relevante diante da maior seletividade dos bancos tradicionais na concessão de crédito para incorporadoras e construtoras. Com a redução da oferta de linhas convencionais de financiamento à produção,

as operações financeiras estruturadas passaram a desempenhar um papel estratégico, especialmente para empreendimentos em fase de conclusão.

Linhas voltadas à conclusão de obras, estruturadas por meio do mercado de capitais, permitem que empresas finalizem seus projetos, preservem a geração de caixa, acelerem a entrega dos empreendimentos e reduzam riscos operacionais e comerciais decorrentes de atrasos. Em um cenário de juros elevados e crédito mais restritivo, essas soluções deixaram de ser apenas uma alternativa e passaram a representar, em muitos casos, um fator determinante para a continuidade e o sucesso dos projetos.

No agronegócio, por exemplo, o calendário de produção e comercialização exige que o crédito acompanhe o ciclo operacional da atividade. Em infraestrutura e energia, por outro lado, os projetos demandam estruturas de prazo mais longo e planejamento financeiro compatível com o período de maturação dos investimentos.

A experiência técnica no acompanhamento de operações complexas na RSA Capital, somada às discussões e tendências observadas na Expert XP 2026, reforça uma constatação: diversificar as fontes de funding deixou de ser uma alternativa para momentos de crise e passou a fazer parte da estratégia de crescimento das empresas.

Para diretores financeiros, empresários e gestores, o desafio não está apenas em encontrar crédito. Está em estruturar o capital de maneira inteligente, antecipar necessidades, avaliar riscos e escolher a combinação mais adequada entre custo, prazo, garantias, liquidez e flexibilidade.

Nesse cenário, a governança também assume papel central. Empresas mais organizadas, transparentes e preparadas para apresentar informações financeiras consistentes tendem a estar mais aptas a acessar diferentes fontes de capital e negociar estruturas mais adequadas aos seus objetivos.

Antecipar a estruturação dessas alternativas não significa apenas proteger o caixa. Significa criar capacidade de reação, preservar oportunidades de investimento e transformar momentos de volatilidade em espaço para decisões estratégicas.

O crédito continuará sendo essencial para o crescimento empresarial. A diferença, daqui para frente, estará cada vez mais em como, quando e de onde esse capital será obtido.

Quem se antecipa a esse movimento não apenas financia o próximo ciclo de crescimento. Constrói as condições para atravessá-lo com mais segurança, eficiência e competitividade.

DIEGO HOHAGEN É SÓCIO E HEAD DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES NA RSA CAPITAL

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE

Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26 ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

NEXO MT

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS | POLÍTICA | POLÍCIA | CIDADES | ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.

ACESSE AGORA nexomt.com.br

CHRISTIANY FONSECA- CIENTISTA POLÍTICA

LUCAS LEITE

“Campanha será de ataques”, avalia cientista política sobre disputa pelo Governo de MT



COPopular- Qual é a sua avaliação sobre o primeiro debate entre os candidatos ao governo de Mato Grosso, considerando que participaram apenas aqueles com representatividade no Congresso e que a ausência de outros candidatos também gerou questionamentos após o encontro?

Christiany Fonseca- Então, eu diria que foi um debate-piloto inicialmente, porque acho que agora as assessorias, já percebendo como foi a primeira experiência e o termômetro do debate, vão saber como fazer a melhor condução para os próximos.

Apesar disso, hoje nós já tivemos um segundo debate, que foi na Aprosoja, e ele seguiu o mesmo encaminhamento do primeiro.

Foi um debate tensionado, acabou sendo pouco programático e ficou muito mais no enfrentamento entre os candidatos. Então, você tem a figura do Pivetta, que é o atual governador e busca a reeleição. Naturalmente, por estar nesse posto, tanto Wellington Fagundes quanto Natasha trouxeram as fragilidades da gestão.

No entanto, a disputa acabou ficando nesse enfrentamento entre eles, inclusive com denúncias envolvendo a vida de cada um. A Natasha acabou ficando mais isenta desse processo porque, no caso dela, é alguém que hoje é uma outsider no processo político e está disputando a primeira eleição.

Então, ela vem de uma maneira mais amena nesse primeiro momento, tentando pautar mais as questões relacionadas às propostas.

E eu digo que, para os dois que já estão no ambiente político, é natural que não apenas propostas sejam pautadas, mas também possíveis questionamentos e enfrentamentos relacionados aos mandatos de ambos.

COPopular- Nos bastidores, houve comentários de que Natassia e Wellington

Fagundes teriam atuado de forma alinhada para concentrar críticas e ataques contra o governador Otaviano Pivetta, que busca a reeleição. Você percebeu esse movimento durante o debate?

Christiany Fonseca- Então, eu tenho certa discordância com isso. O Otaviano Pivetta é o atual governador do Estado.

Eles estão disputando o governo do Estado. Se estão colocando seus nomes à disposição, é porque entendem que o atual governo já não atende às demandas e que é preciso buscar uma renovação.

Enfim, nesse sentido, não é necessariamente que os dois estejam se unindo. Eles estão justamente se colocando contra aquele que já tem o mandato. Então, se ele é quem está hoje como governador do Estado, é sobre esse governo que acabam recaindo os maiores tensionamentos.

Mas não necessariamente existe uma união entre os dois. Eu acho que essa é a questão. Ele é o governador.

Se eles colocam seus nomes à disposição para também serem governadores, precisam justamente apontar as fragilidades da atual gestão, pedir renovação e defender que seus nomes sejam escolhidos.

COPopular- Considerando que o debate foi marcado por denúncias, investigações e referências a operações da Polícia Federal, a senhora acredita que a campanha ao governo de Mato Grosso será pautada principalmente pelo histórico dos candidatos e pelas acusações envolvendo corrupção, ou os debates devem avançar para propostas e projetos para o Estado?

Christiany Fonseca- Em tese, todos os candidatos teriam as melhores propostas, né? Eu olhei, por alto, os três programas de governo: um com 28 páginas, outro com 57. Mas, na essência, ambos têm propostas que são interessantes para a população de modo geral.

A disputa pelo Governo de Mato Grosso começou a ganhar contornos mais acirrados nos primeiros debates entre os candidatos. Em vez de se concentrarem apenas em propostas e planos para o Estado, os encontros foram marcados por críticas à atual gestão, troca de acusações e referências a investigações e denúncias envolvendo nomes que participam da corrida eleitoral.

Para analisar o início da disputa e os possíveis reflexos desse cenário na campanha, a cientista política Christiany Fonseca. Ela avalia que os primeiros debates tiveram pouco espaço para a discussão programática e foram dominados pelo enfrentamento entre os candidatos.

Na entrevista, Christiany também comenta a posição de Natassia, que disputa sua primeira eleição, a estratégia de Wellington Fagundes e os ataques direcionados ao governador Otaviano Pivetta, candidato à reeleição. A cientista política ainda analisa como o desgaste envolvendo o ex-governador Mauro Mendes e as investigações da Polícia Federal podem repercutir na campanha, além de apontar que denúncias e questões relacionadas ao histórico dos candidatos devem continuar presentes ao longo da disputa.

Agora, o que os diferencia para a população? É justamente aquilo que a população mais recria hoje, que é o quê? A corrupção.

Tanto que muitos políticos surgiram com esse discurso anticorrupção. Então, por isso, eu acho que o molde, a toada que essa campanha vai dar, será de ataques.

E isso já começou. Inclusive, eu me lembro que todo mundo estava preocupado com quem Max Russi iria fechar: se seria com Pivetta ou com Wellington. E aí tivemos aquela operação da Polícia Federal aqui em Mato Grosso, que atingiu outros três estados, relacionada ao caso da ONU. Parece que aquilo foi como um

desde o início da campanha e até mesmo na pré-campanha, matérias envolvendo ambos os candidatos e questões relacionadas à vida pregressa, aos períodos em que ocuparam outros mandatos e, inclusive, pedidos de impugnação de candidaturas relacionados à vida pregressa de candidatos enquanto estiveram em outros mandatos.

Então, assim, é natural que essas denúncias façam parte de todo o decorrer da campanha.

COPopular- Considerando a operação da Polícia Federal e o fato de Mauro Mendes apoiar a candidatura de Otaviano Pivetta, até que ponto o desgaste político envolvendo o ex-governador pode influenciar a imagem de Pivetta e impactar sua campanha pela reeleição?

Christiany Fonseca- Então, eu vejo assim: isso vai prejudicar. Eu acho que já está prejudicando desde o momento em que, inclusive, foi preciso trocar o vice-governador.

Nós vimos, inclusive, o Mauro Mendes dando uma entrevista esta semana, demonstrando ainda a sua insatisfação e dizendo que foi um equívoco a substituição de Fábio Garcia por Gisela Simona. Então, ali você já percebe que realmente há desgastes e prejuízos.

A própria troca de vice, sem que houvesse aquela tranquilidade dentro do grupo, sem que isso acontecesse

de maneira consensual, acho que já traz certo ruído para a campanha.

Tirando isso, você tinha o Mauro Mendes antes, que avançava com 83% de aprovação quando saiu do mandato. No entanto, quando vem a operação da OI, essa operação foi publicizada nacionalmente.

Então, aquilo que ficava só em algumas bolhas políticas aqui no Estado passou a chegar à casa de todos os mato-grossenses. Essa é uma informação que hoje todos conhecem. Então, o ex-governador Mauro Mendes vai carregar um desgaste.

Consequentemente, por ele ter saído da máquina, ou seja, por ter deixado de ser governador, ele já perde essa estrutura naturalmente. E agora, com essa investigação, ele também se desidrata.

Nós tivemos uma primeira pesquisa eleitoral pós-operação da OI. E ali a gente percebe que ele já deu uma desidratada: perdeu dois pontos, enquanto Janaina ganhou um. E o Pedro Taques, por exemplo, que foi quem denunciou, praticamente dobrou. Ele saiu de 6 pontos percentuais para 11 pontos percentuais.

Então, isso já demonstra que há reflexos dessa situação em relação ao Otaviano Pivetta. Inclusive, nessa mesma semana, saiu também uma notícia relacionando questões patrimoniais do Pivetta que poderiam ter sido adquiridas com recursos da OI.

Então, eu vejo que a OI vai ser um dos assuntos que vão perpassar as eleições, tanto para o governo quanto para o Senado.

“ Especialista aponta que denúncias, histórico dos candidatos e desgaste político devem ocupar espaço importante na disputa pelo Governo de Mato Grosso ”

start da campanha eleitoral, né?

E, dali, acho que já tivemos uma ideia do tom que esse processo vai ter ao longo da campanha. Até porque percebemos, todos os dias,



PEGANDO DINHEIRO EM ESPÉCIE

REDAÇÃO

Júlio Campos considera “estranha” imagem de Rogerinho com dinheiro e apoia saída do DAE

Deputado estadual afirma que episódio foi “muito estranho” e aponta instabilidade na gestão de Flávia Moretti após sucessivas mudanças no comando de secretarias e autarquias

A saída de Rogerinho da Dakar da presidência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE-VG) ganhou um novo capítulo após o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmar que as imagens do vereador licenciado manuseando uma grande quantidade de dinheiro em espécie foram suficientes para justificar a troca no comando da autarquia. Mesmo dizendo ser amigo do ex-presidente do DAE, o parlamentar classificou o episódio como estranho e afirmou que a situação provocou desgaste político.

“Eu sou amigo do Rogerinho, mas aquilo ali foi muito estranho. As imagens que foram divulgadas, realmente, justificam a saída dele”, declarou Júlio durante entrevista.

A manifestação ocorreu antes de a prefeita de Várzea Grande, Flávia Moretti (PL), confirmar oficialmente a mudança. Na terça-feira (18), a gestora anunciou a saída de Rogerinho do DAE e informou que ele retornaria à Câmara Municipal para reassumir o mandato de vereador.

Com o retorno ao Legislativo, Rogerinho também passou a exercer a função de líder do governo na Câmara, aproximando novamente o vereador licenciado das articulações políticas da administração municipal.

A troca no comando do DAE acontece em meio à repercussão de um vídeo que circulou nas redes sociais e colocou Rogerinho no centro de questionamentos. Nas imagens, ele aparece manuseando uma grande quantidade de dinheiro em espécie.

O vereador, posteriormente, afirmou que os valores exibidos no vídeo seriam provenientes de transações comerciais. A explicação, entretanto, não impediu que o episódio provocasse repercussão política e aumentasse a pressão sobre sua permanência à frente da autarquia.

Rogerinho chegou à presidência do DAE-VG em março deste ano, quando decidiu se licenciar do mandato de vereador para assumir o comando da autarquia.

A passagem pelo departamento, porém, terminou poucos meses depois, com o retorno ao Legislativo municipal.

Durante o período em que esteve à frente do DAE, Rogerinho ocupou uma posição considerada estratégica dentro da administra-

ção de Flávia Moretti. O departamento é responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, áreas que frequentemente geram cobranças da população e pressão sobre o Executivo.

A saída, portanto, ocorre em um momento delicado para a administração municipal, que enfrenta problemas relacionados ao abastecimento e à estrutura dos serviços prestados pelo departamento.

Apesar de ter deixado a presidência, Rogerinho não rompeu com a gestão. Pelo contrário, retornou à Câmara para exercer uma função política de articulação com os vereadores.

A mudança preservava sua participação no grupo político da prefeita, mas encerra sua passagem pelo comando da autarquia.

O episódio que antecedeu a saída começou a ganhar força depois da circulação de imagens nas redes sociais.

No vídeo, Rogerinho aparece com uma grande quantia de dinheiro em espécie. A origem dos valores passou a ser questionada publicamente, especialmente porque ele ocupava um cargo de direção em uma autarquia municipal.

Rogerinho afirmou que o dinheiro mostrado nas imagens seria resultado de atividades comerciais. A justificativa foi apresentada depois da repercussão do conteúdo.

Não há, no material apresentado, informação sobre eventual conclusão de investigação que tenha apontado irregularidade relacionada ao dinheiro exibido no vídeo. Por isso, a circulação das imagens e os questionamentos políticos não devem ser tratados como comprovação de crime ou de ilegalidade.

Foi justamente a repercussão do episódio, contudo, que passou a pressionar politicamente a permanência de Rogerinho no comando do DAE.

Júlio Campos avaliou que as imagens eram suficientemente problemáticas para justificar a mudança.

A declaração do deputado chama atenção também pelo fato de ele afirmar ter amizade com Rogerinho. Mesmo assim, Júlio decidiu tornar pública sua avaliação sobre o episódio e classificou a situação como “muito estranha”.

Para ocupar a presidência do DAE-VG, Flávia Moretti escolheu José Carlos, servidor que já integrava a estrutura do departamento.



Segundo a Prefeitura, o novo presidente possui perfil técnico e já conhece o funcionamento interno da autarquia.

A escolha ocorre em um momento em que o DAE precisa lidar com demandas relacionadas ao abastecimento de água e à prestação dos serviços de saneamento em Várzea Grande.

A expectativa é de que José Carlos dê continuidade às ações administrativas e técnicas do departamento enquanto a gestão municipal tenta enfrentar os problemas acumulados na área.

A mudança também representa uma tentativa de separar o comando da autarquia da repercussão política provocada pelo episódio envolvendo Rogerinho.

Com a escolha de um servidor que já fazia parte da estrutura do DAE, a Prefeitura optou por uma solução interna para substituir o vereador licenciado.

Além de comentar a saída de Rogerinho, Júlio Campos fez críticas mais amplas à condução da Prefeitura de Várzea Grande.

Segundo o deputado, a administração de Flávia Moretti já teria realizado cerca de 25 mudanças entre secretários e diretores desde o início da gestão.

Para Júlio, o número elevado de alterações chama atenção e pode indicar dificuldades na formação e manutenção da equipe responsável pela administração municipal.

A avaliação do parlamentar ocorre em um momento em que a prefeita vem promovendo mudanças em diferentes áreas da Prefeitura.

As substituições atingem cargos estratégicos e, segundo Júlio,

contribuem para a percepção de instabilidade dentro do Executivo.

A prefeita, por outro lado, tem autonomia para definir sua equipe e promover alterações sempre que considerar necessário. A simples troca de integrantes da administração não significa, por si só, irregularidade ou incapacidade de gestão.

O debate político se concentra, portanto, nos motivos e nos resultados dessas mudanças.

Com a saída do DAE, Rogerinho volta a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Várzea Grande.

O retorno ocorre em uma posição diferente daquela que exercia antes da licença. Além de reassumir o mandato, ele passa a atuar como líder do governo no Legislativo.

A função coloca o vereador novamente no centro das articulações políticas da administração de Flávia Moretti.

Em vez de comandar uma autarquia, Rogerinho passa a ter como principal papel a interlocução entre o Executivo e os vereadores.

A mudança também permite que a prefeita mantenha o apoio político do vereador dentro da Câmara, apesar da saída dele de uma das principais estruturas da Prefeitura.

A mudança no comando do DAE não

está relacionada apenas à repercussão envolvendo Rogerinho. A autarquia também enfrenta desafios estruturais antigos, principalmente em relação ao abastecimento de água.

Várzea Grande convive há anos com reclamações de moradores sobre falta d'água, interrupções no fornecimento e dificuldades na manutenção do sistema.

Por isso, o novo presidente terá pela frente uma série de problemas que vão além da questão política.

A escolha de José Carlos, servidor que já conhece o departamento, pode representar uma tentativa de dar continuidade técnica às ações em andamento.

Ao mesmo tempo, a pressão da população tende a permanecer sobre a Prefeitura e sobre o DAE, independentemente de quem esteja no comando.

A saída de Rogerinho encerra uma passagem curta pela presidência do DAE, mas o episódio ainda deve continuar repercutindo politicamente.

De um lado, a gestão municipal precisa explicar as mudanças frequentes em sua equipe e apresentar resultados nos serviços considerados essenciais. De outro, Rogerinho terá de administrar a repercussão das imagens e retomar sua atuação na Câmara.

A declaração de Júlio Campos acrescenta pressão ao episódio ao apontar que as imagens com dinheiro foram determinantes para considerar justificável a troca.

Apesar disso, a manifestação do deputado não equivale a uma acusação formal contra Rogerinho. O vereador afirma que os valores tinham origem em transações comerciais, e qualquer eventual irregularidade depende de apuração e comprovação pelas autoridades competentes.

Por enquanto, o fato concreto é que Rogerinho deixou o comando do DAE, José Carlos assumiu a autarquia e o vereador voltou à Câmara Municipal como líder do governo.

A mudança ocorre em meio a uma gestão marcada, segundo Júlio Campos, por sucessivas alterações no primeiro escalão e em cargos de direção. Para o deputado, o volume de trocas merece atenção e reforça a percepção de instabilidade administrativa.

O novo comando do DAE terá agora a tarefa de enfrentar os problemas do departamento e responder às cobranças relacionadas ao abastecimento, enquanto Rogerinho volta ao cenário político da Câmara e a Prefeitura tenta administrar os efeitos da mais recente mudança em sua equipe.



ELEIÇÃO 2026

REDAÇÃO

Gisela reage à crítica de Mauro sobre vice de Pivetta e tenta conter desgaste na chapa

Candidata a vice-governadora diz que escolha foi de Pivetta, lembra apoio recebido de Mauro antes de aceitar convite e minimiza divergência dentro do grupo

A escolha de Gisela Simona (União Brasil) para ocupar a vice na chapa de Otaviano Pivetta (Republicanos) abriu uma divergência pública entre os principais integrantes do grupo que disputa o Governo de Mato Grosso. Enquanto o candidato ao Senado Mauro Mendes (União Brasil) classificou a substituição de Fábio Garcia como um “equivoco”, Gisela preferiu minimizar o episódio e afirmou que a decisão sobre o companheiro de chapa cabe ao candidato ao Governo.

A manifestação de Gisela ocorre depois de Mauro tornar pública sua insatisfação com a mudança na composição. O ex-governador defendia a indicação de Fábio Garcia para a vice, mas o deputado federal desistiu da disputa para concentrar esforços na tentativa de permanecer na Câmara dos Deputados.

Com a saída de Garcia, Pivetta escolheu Gisela para completar a chapa. A mudança não agradou a Mauro, que reconheceu ter discordado da decisão, embora tenha afirmado que continuará apoiando o

grupo.

Gisela, por sua vez, afirmou que não vê a declaração como motivo para confronto. Segundo ela, a preferência de Mauro por Garcia já era conhecida e não interfere na legitimidade da escolha feita por Pivetta.

“Eu recebo com naturalidade a fala do governador, porque foi público e notório que ele defendeu o tempo todo o nome de Fábio Garcia”, afirmou.

Na avaliação da candidata a vice, a definição não cabia a Mauro, mas ao próprio candidato ao Governo. Por isso, ela considera que a decisão de Pivetta deve ser respeitada pelos demais integrantes da aliança.

“Temos aí o direito, a legitimidade do atual candidato ao governo escolher o seu vice”, disse.

Apesar da crítica feita posteriormente pelo ex-governador, Gisela afirmou que conversou com Mauro Mendes antes de aceitar o convite para compor a chapa.

De acordo com ela, o então candidato ao Senado manifestou disposição de apoiá-la caso Pivetta



confirmasse seu nome para a vice-governadoria. A conversa, segundo Gisela, ocorreu antes da oficialização da escolha.

“Antes da aceitação do convite, eu conversei com Mauro Mendes, ele concedeu o seu apoio ao meu nome também, no sentido de que se for da escolha do Otaviano Pivetta, que ele estaria ao meu lado”, rela-

tu.

A declaração é usada por Gisela para reforçar que sua entrada na chapa não ocorreu à revelia de Mauro e que havia, pelo menos naquele momento, uma disposição do ex-governador de acompanhar a decisão de Pivetta.

Ela também procurou evitar que a divergência fosse interpretada como

uma ruptura entre os aliados.

“Então, nós caminhamos juntos nessa eleição de 2026”, afirmou.

Antes da mudança, Fábio Garcia era o nome defendido por Mauro Mendes para ocupar a vice de Pivetta.

Garcia chegou a ser colocado como opção para a composição, mas aban-

donou o projeto de disputar a vice-governadoria e decidiu voltar as atenções para a reeleição como deputado federal.

A desistência ocorreu em meio às repercussões da Operação Heritage, da Polícia Federal, e das medidas cautelares determinadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra investigados relacionados ao caso.

Com a saída de Garcia, Pivetta precisou reorganizar a composição e optou por Gisela, deputada federal e integrante do União Brasil.

A escolha provocou a reação de Mauro, que tornou pública sua discordância.

“Eu discordei da decisão dele, mas eu respeitei”, declarou o ex-governador.

Mauro foi além e classificou a decisão como um “equivoco”, afirmando que a escolha poderia produzir consequências políticas no futuro.

“Eu discordei porque ele cometeu um equivoco, que vai ter, provavelmente, algum desdobramento presente ou futuro”, afirmou.

www.cuiaba.mt.gov.br

/prefeituracba

@cuiabaprefeitura

@cuiabasecom

ISSO NÃO PRECISA *SE REPETIR*
QUEIMADAS EM CUIABÁ
AGORA É CRIME O ANO TODO

DESTA VEZ, PODEMOS FAZER DIFERENTE

DENUNCIE:

Bombeiros
193

Defesa Civil de Cuiabá
99244.4018

Web Denúncias
sorp.cuiaba.mt.gov.br

CUIABÁ
PREFEITURA

PROLONGAR ATÉ 2027

REDAÇÃO

Mato Grosso entra em alerta para seca severa e risco maior de incêndios nos próximos meses

Previsão de chuvas abaixo da média até o início de 2027 preocupa Defesa Civil e municípios, que discutem medidas para reduzir impactos sobre incêndios, abastecimento e produção rural

Mato Grosso deve enfrentar nos próximos meses um cenário de estiagem mais severa do que o registrado em outras regiões do país. A previsão de redução das chuvas, associada aos efeitos do fenômeno El Niño, levou representantes dos governos federal e estadual a discutir medidas de prevenção com prefeitos e entidades municipalistas nesta quinta-feira (20), durante reunião na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

O alerta não está relacionado apenas ao risco de incêndios florestais. Uma seca prolongada pode afetar o abastecimento de água, aumentar a pressão sobre as estruturas municipais, comprometer atividades do campo e gerar impactos econômicos em um dos principais estados produtores do país.

A avaliação apresentada durante o encontro é de que a preparação precisa começar antes do agravamento das condições climáticas. A intenção é evitar que as prefeituras sejam obrigadas a improvisar medidas quando a falta de chuva e os incêndios já estiverem fora de controle.

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães (PT), afirmou que o governo federal iniciou uma articulação com estados e municípios depois que os institutos de meteorologia indicaram a possibilidade de um cenário mais grave.

“Depois que os institutos de meteorologia estabeleceram que esse fenômeno poderá ser grave, e o Mato Grosso é um dos estados que pode ser mais atingido, nós estamos discutindo preventivamente as ações”, afirmou.

A estratégia, segundo o ministro, é tratar os problemas de acordo com as características de cada região. Em vez de concentrar a resposta apenas em Brasília ou no governo estadual, a proposta é levantar previamente as necessidades dos municípios.

O alerta mais preocupante veio da Defesa Civil de Mato Grosso. O secretário adjunto do órgão, coronel BM Marcelo Augusto Reveles Carvalho, afirmou que o comportamento esperado do El Niño no Estado é diferente daquele previsto para outras partes do país.

Enquanto algumas regiões podem enfrentar aumento de chuvas e ocorrência de vendavais, Mato Grosso pode ter como principal consequência a redução da precipitação.

“Aqui a estiagem vai



ser mais severa”, afirmou o secretário.

Segundo ele, a análise feita pela Defesa Civil para os próximos 90 dias aponta para um período de seca mais intenso. A previsão também indica que a quantidade de chuva pode permanecer abaixo do padrão histórico mesmo em janeiro.

Se o cenário se confirmar, os efeitos poderão ser sentidos durante um período mais longo, aumentando a pressão sobre cidades que já enfrentam dificuldades para manter estruturas de prevenção e resposta a emergências.

A situação é especialmente sensível porque Mato Grosso possui grandes áreas rurais, extensas regiões de vegetação e municípios distantes dos principais centros urbanos. Em casos de incêndios de grandes proporções ou problemas de abastecimento, a distância pode dificultar o deslocamento de equipes e equipamentos.

Um dos problemas apontados durante a reunião está dentro das próprias prefeituras. Cerca de 30% dos municípios de Mato Grosso ainda não possuem uma coordenadoria municipal de Defesa Civil, segundo o governo estadual.

A estrutura é responsável por organizar ações de prevenção, monitoramento e resposta a situações de emergência em nível local.

Para a Defesa Civil estadual, a ausência dessas equipes representa uma fragilidade justamente porque o município costuma ser o primeiro ponto de contato com a população atingida.

“Aproximadamente 30% dos municípios de Mato Grosso ainda não têm [coordenadoria municipal de defesa civil], mas já fizemos os contatos com todos os prefeitos por meio

da AMM e já está diminuindo esse número”, explicou Marcelo Reveles.

A intenção é ampliar a estrutura antes que os efeitos da estiagem se agravem. A avaliação do governo estadual é que uma prefeitura preparada consegue identificar mais rapidamente os riscos e acionar os órgãos responsáveis quando precisa de apoio.

A articulação também pode facilitar o acesso a equipamentos e recursos de outras esferas de governo.

A preocupação com o período de seca não é apenas uma projeção. Mato Grosso já convive com ocorrências de incêndios em áreas rurais e de vegetação.

Um dos exemplos citados durante a discussão foi Jangada, a cerca de 80 quilômetros de Cuiabá, que decretou situação de emergência após enfrentar incêndios de grandes proporções.

Para o governo federal, casos como esse mostram que a resposta precisa ultrapassar os limites de cada município.

O ministro José Guimarães defendeu uma ação coordenada para evitar que cidades tenham de buscar sozinhas equipamentos e estruturas necessárias para enfrentar situações de emergência.

“Tem que ter uma ação nacionalizada para enfrentar um dos efeitos mais graves que pode comprometer o crescimento da economia brasileira nesse segundo semestre”, afirmou.

Entre os recursos que podem ser necessários estão caminhões-pipa, aeronaves e equipes especializadas.

A Defesa Civil estadual informou que já utiliza apoio aéreo em situações consideradas críticas. Segundo Marcelo Reveles, quando o Corpo de Bombeiros identifica a necessidade

de de aeronaves para combater incêndios, o pedido é encaminhado à Defesa Civil.

“Sempre que há necessidade de um apoio para o combate aéreo dos incêndios florestais, o Corpo de Bombeiros nos aciona e nós imediatamente enviamos aeronaves para qualquer lugar do estado”, disse.

A utilização desses equipamentos busca impedir que os focos avancem para áreas maiores e reduzir o tempo necessário para controlar as chamas.

Além dos incêndios, a possibilidade de uma estiagem prolongada preocupa diretamente o setor produtivo.

A agricultura e a pecuária dependem da disponibilidade de água e das condições climáticas. Uma redução significativa das chuvas pode aumentar custos, comprometer pastagens e afetar o planejamento das lavouras.

Durante a agenda na AMM, representantes do setor também apresentaram demandas relacionadas ao endividamento dos produtores rurais.

Guimarães citou uma medida provisória negociada pelo governo federal com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária para permitir a renegociação de dívidas.

O ministro afirmou, porém, que a discussão precisa alcançar também produtores que não estão inadimplentes, mas enfrentam dificuldades financeiras.

“Também precisamos estabelecer uma linha de renegociação para os adimplentes, que também são aqueles que estão produzindo e estão meio sufocados”, afirmou.

A declaração amplia o debate sobre os efeitos econômicos de eventos climáticos extremos. Mesmo produtores que conseguem manter seus pagamentos em dia po-

dem enfrentar redução de receita ou aumento de despesas quando as condições de produção pioram.

A principal preocupação apresentada durante o encontro é impedir que a atuação do poder público comece somente depois que os prejuízos já estiverem instalados.

O governo federal pretende realizar reuniões específicas com representantes das diferentes regiões para identificar as necessidades locais e definir medidas de prevenção.

Segundo Guimarães, a Casa Civil vem mantendo conversas com a Confederação Nacional dos Municípios, governadores e prefeitos.

A lógica defendida pelo ministro é que uma eventual crise climática não deve ser tratada como uma questão exclusivamente estadual ou municipal.

“Primeiro, a parceria com os municípios”, afirmou.

A articulação ganha importância porque os impactos da seca não atingem todos os municípios da mesma forma. Enquanto algumas cidades podem enfrentar problemas de abastecimento, outras podem concentrar os esforços no combate a incêndios ou no atendimento à população rural.

Por isso, a definição antecipada das necessidades pode permitir que os recursos sejam direcionados para os locais onde houver maior risco.

Ao defender a integração entre as diferentes esferas de governo, Guimarães afirmou que divergências políticas não deveriam impedir a construção de medidas para enfrentar os eventos climáticos.

“Quando têm determinadas ações, você não tem que discutir se é oposição ou não ao governo, tem que enfrentar o problema”, decla-

rou.

A fala ocorre em um estado onde governos municipais, estadual e federal são comandados por grupos políticos diferentes em vários municípios.

Para o ministro, uma eventual disputa política pode acabar prejudicando a população caso dificulte a circulação de recursos ou a cooperação entre os órgãos públicos.

“Não pode deixar de dialogar, porque, senão, é o Estado que será prejudicado”, afirmou.

A proposta é manter uma interlocução permanente durante o período de maior risco climático.

Apesar dos alertas apresentados, a previsão climática não significa que todos os impactos projetados necessariamente irão ocorrer da mesma forma. As condições podem mudar conforme a evolução do fenômeno e das chuvas.

Ainda assim, a possibilidade de uma estiagem mais intensa já levou os órgãos públicos a antecipar o planejamento.

Para Mato Grosso, o desafio é particularmente grande porque a combinação entre seca, incêndios e impactos sobre a produção pode atingir diferentes setores ao mesmo tempo.

A estrutura das prefeituras também será colocada à prova, principalmente nos municípios que ainda não contam com equipes próprias de Defesa Civil.

A expectativa é que a articulação iniciada na AMM resulte em medidas específicas para cada região, incluindo reforço das estruturas municipais, planejamento para combate aos incêndios e mecanismos de apoio aos produtores.

O governo federal também deverá levar para Brasília as demandas apresentadas pelos municípios mato-grossenses.

Até lá, a principal recomendação dos órgãos envolvidos é antecipar ações. Com a previsão de chuva abaixo da média e possibilidade de prolongamento da estiagem, a preparação dos municípios será decisiva para reduzir os efeitos de um período de seca que pode atingir Mato Grosso de maneira mais intensa nos próximos meses.

Mais do que responder aos incêndios quando eles surgirem ou enviar ajuda depois que uma cidade decretar emergência, o desafio colocado agora é estruturar uma rede capaz de agir antes que a crise climática se transforme em uma sequência de emergências locais.

ELEIÇÃO

RENATO MAMILLO

Investigação e processos podem implodir candidatura de Wellington Fagundes ao Governo de MT

Pré-candidato do PL aparece forte nas pesquisas, mas histórico de processos e investigações volta ao centro do debate eleitoral

A candidatura do senador Wellington Fagundes (PL) ao Governo de Mato Grosso chega à campanha de 2026 cercada por dois movimentos distintos: de um lado, o parlamentar conseguiu consolidar seu nome eleitoralmente e aparece em levantamentos recentes entre os favoritos; de outro, seu histórico jurídico volta a ser explorado por adversários e pode se transformar em um dos principais pontos de desgaste durante a disputa pelo Palácio Paiaguás.

O PL oficializou Wellington Fagundes como candidato ao Governo de Mato Grosso em julho de 2026.

O problema político não está apenas nos números das pesquisas, mas na possibilidade de que processos, acusações antigas e eventuais novos desdobramentos judiciais sejam utilizados como munição durante a campanha.

Um passado jurídico que ainda produz efeitos políticos

Um dos episódios mais conhecidos envolvendo Wellington Fagundes remonta à chamada Operação Sanguessuga. Em 2018, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal recebeu denúncia contra o senador por acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro relacionadas ao caso.

A decisão do STF representou a abertura de uma ação penal, e não uma condenação. Essa distinção é fundamental para evitar que uma acusação seja apresentada como prova definitiva de culpa.

O caso, entretanto, possui enorme potencial político. Em uma eleição disputada, adversários podem tentar transformar o histórico judicial em argumento para questionar a capacidade do candidato de administrar o Estado e conduzir políticas públicas sob forte pressão.

A Câmara dos Deputados também registrou, em material produzido à época, as acusações apresenta-



das contra Wellington no contexto das investigações das Sanguessugas.

A força das pesquisas pode não ser suficiente

Apesar do desgaste potencial, Wellington não chega à disputa enfraquecido eleitoralmente.

Levantamento Real Time Big Data divulgado em junho apontou o senador na liderança em cenários para o Governo de Mato Grosso, chegando a 40% das intenções de voto em determinadas simulações.

Outro levantamento divulgado em maio também apontou crescimento do senador na corrida pelo Palácio Paiaguás.

Ou seja, existe uma contradição importante: Wellington possui capital eleitoral, mas também carrega um passivo político que pode ser explorado durante a campanha.

É justamente essa combinação que torna sua candidatura um dos assuntos mais sensíveis da eleição.

O risco de uma campanha negativa

Em eleições majoritárias, principalmente quando a diferença entre os candidatos

começa a diminuir, denúncias, processos e investigações podem ganhar espaço na propaganda eleitoral, nos debates e nas redes sociais.

O cenário pode se tornar ainda mais delicado caso surjam novos fatos relacionados a processos antigos ou novas investigações.

Por enquanto, não há base para afirmar que os processos existentes automaticamente impeçam Wellington Fagundes de disputar o Governo de Mato Grosso. A existência de uma investigação ou de uma ação judicial, por si só, não significa inelegibilidade.

A questão jurídica precisa ser analisada individualmente, especialmente à luz das decisões judiciais definitivas e das regras eleitorais aplicáveis ao caso.

Adversários terão munição

Politicamente, entretanto, a situação é diferente.

Os adversários não precisam necessariamente vencer uma batalha judicial para causar desgaste. Basta transformar o assunto em pauta permanente da campanha.

Debates, entrevistas, redes sociais e pro-

gramas eleitorais podem colocar Wellington diante de perguntas sobre seu passado político e jurídico.

Nesse cenário, a estratégia da oposição deverá ser simples: tentar associar a candidatura a uma imagem de risco, enquanto a campanha do senador provavelmente buscará apresentar os processos como episódios antigos, juridicamente contestados e incapazes de definir sua trajetória política.

A disputa de narrativas poderá ser tão importante quanto a disputa eleitoral propriamente dita.

O fator Bolsonaro e o PL

Outro componente importante é o peso político do PL em Mato Grosso.

Wellington construiu sua candidatura dentro de um campo político que mantém forte ligação com o bolsonarismo. A própria atuação do senador em defesa de pautas associadas ao grupo político de Jair Bolsonaro faz parte de sua identidade eleitoral.

Ao mesmo tempo, essa proximidade pode ser uma vantagem entre determinados segmentos do eleitorado e

um fator de resistência em outros.

A campanha, portanto, terá de equilibrar três frentes: preservar sua liderança eleitoral, ampliar a capacidade de diálogo com setores moderados e responder aos ataques relacionados ao passado jurídico.

Pode haver uma implosão?

A palavra “implosão” precisa ser tratada como hipótese política, e não como fato consumado.

Até o momento, as informações públicas consultadas não permitem afirmar que a candidatura de Wellington esteja juridicamente inviabilizada. Pelo contrário: o PL já oficializou seu nome e ele aparece competitivo nas pesquisas.

O que existe é um risco político.

Caso processos antigos voltem ao noticiário, caso novos fatos sejam apresentados ou sejam adversários consigam transformar as acusações em um tema dominante da campanha, o cenário pode mudar rapidamente.

Em uma eleição majoritária, uma candidatura pode perder força não apenas por

decisão judicial, mas também por perda de confiança, desgaste de imagem, divisão de alianças e migração de votos.

O jogo está aberto

Wellington Fagundes chega à eleição com experiência, estrutura partidária e números expressivos em pesquisas. Mas também terá de enfrentar uma campanha na qual seu passado será inevitavelmente revisitado.

O desafio será impedir que processos e acusações antigas ocupem o centro do debate e, ao mesmo tempo, convencer o eleitor de que possui condições políticas e jurídicas para governar Mato Grosso.

A eleição de 2026 promete ser uma disputa de alta intensidade. E, para Wellington, a principal batalha poderá ocorrer em duas frentes simultâneas: nas urnas e na defesa de sua imagem pública.

Se os adversários conseguirem transformar o histórico judicial em uma narrativa eleitoral convincente, a candidatura poderá sofrer desgaste significativo.

Se, ao contrário, Wellington conseguir responder aos questionamentos, manter sua base política e preservar os índices apresentados pelas pesquisas, o histórico de processos poderá permanecer como um tema de campanha sem força suficiente para alterar a corrida.

Por enquanto, uma conclusão é segura: as investigações e processos fazem parte do histórico público do senador e podem ser explorados politicamente, mas não há fundamento para afirmar, neste momento, que eles tenham automaticamente implodido ou inviabilizado sua candidatura ao Governo de Mato Grosso.

A Reportagem foi até ao local chamado de comite de campanha e falou com um que se diz ser coordenador por nome de Tiago mais não obtivemos resposta.

SÃO MAIS DE
30.000 MIL EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

CENTRO OESTE
Popular

REFORMA URBANA | REDAÇÃO

“Não vou dormir direito com gente morando mal”, afirma Pivetta ao defender reforma urbana em municípios de MT

Governador participou de eventos de campanha em VG e destacou ações para melhorar a qualidade de vida da população

Em discurso, nesta quinta-feira (20.08), em Várzea Grande, o governador Otaviano Pivetta defendeu uma reforma urbana para transformar as cidades de Mato Grosso e melhorar a qualidade de vida da população.

Pivetta citou como referência a experiência construída em Lucas do Rio Verde, onde iniciou sua trajetória política e ajudou a consolidar um modelo de desenvolvimento com investimentos em infraestrutura, educação, saúde, espaços públicos e qualidade de vida. Para o governador, o desafio agora é levar esse padrão para outras cidades do Estado.

“É isso que nós queremos fazer em todo Mato Grosso. Nós precisamos melhorar nossas cidades. E a minha proposta é uma reforma urbana. Nós vamos fazer uma reforma ur-

bana”, afirmou.

Ao defender a proposta, Pivetta destacou que o desenvolvimento precisa chegar diretamente às famílias e que não é possível aceitar situações de precariedade em um Estado que recuperou sua capacidade de investimento. Ele citou especialmente os moradores que ainda enfrentam problemas com abastecimento de água.

“Quem me conhece sabe que eu não vou dormir direito com gente morando mal, com gente vivendo mal, com famílias sem água potável, sem o mínimo de dignidade para ter uma vida digna. Num Estado próspero, não é possível tolerar esse contraste, e nós não vamos tolerar”, declarou.

Em Várzea Grande, o governador reafirmou o compromisso com a Aliança pela Água e



destacou outras ações previstas para o município, como o novo Pronto-Socorro e Hospital, a Delegacia da Mulher e o programa estadual de habitação. Das 60 mil casas previstas pelo programa, 20 mil serão destinadas à reforma urbana em

Várzea Grande.

“Quando eu falei que nós íamos fazer a Aliança pela Água, não era uma brincadeira. A Aliança pela Água veio para ficar, e eu vou estar aqui até o dia que jogar água em todas as torneiras, nos lares, nas avenidas. Nós não va-

mos sair daqui enquanto isso não acontece”, afirmou.

Ao defender a continuidade do trabalho, Pivetta também destacou os resultados alcançados pelo Estado nos últimos sete anos e meio e afirmou que a atuação firme do Go-

verno permitiu transformar a realidade dos municípios.

“Nós provamos, nesses sete anos e meio, que é possível mudar a vida de todos os mato-grossenses através da atuação firme do Governo do Estado”, completou o governador.

MEIO AMBIENTE e PREVIDÊNCIA SOCIAL estão no RADAR

O Radar de Controle Público é uma ferramenta que permite a todo cidadão acompanhar a gestão dos recursos públicos em Mato Grosso. E agora, com os módulos que monitoram o **Meio Ambiente** e a **Previdência Social**, é possível saber de perto se o dinheiro está sendo bem utilizado, em busca de um estado mais sustentável e que cuide bem de sua gente.



CONFERE LÁ:



RADAR.TCE.MT.GOV.BR



TCEMatoGrosso

